

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília* Class.: 1723
 Data: 06.05.90 Pg.:

Cartel de droga lava dinheiro no Brasil

Mário Chimanovitch
 Enviado Especial

Goiania — Os vínculos estreitos do narcotráfico colombiano com a maior parte das atividades garimpeiras na Amazônia Legal, principalmente em Roraima, estão fazendo com que o Brasil passe a se configurar numa espécie de entreposto de troca de dólares sujos, obtidos pelo Cartel de Medellín com a venda de drogas, por nossos bens minerais não-renováveis — o ouro, no caso, cujos volumes de exportação ilegal não cessam de crescer de ano para ano.

Impedidos hoje pela nova legislação suíça de depositarem seus lucros em contas secretas numeradas naquele país, os barões colombianos da cocaína estão aplicando dinheiro em gigantescas quantidades de ouro extraído na Amazônia. Nos últimos dois anos, eles injetaram algo aproximado a US\$ 1 bilhão na compra de metal em estado bruto em Roraima, pagando até de 10 a 20% acima da cotação internacional do grama. Esse ouro brasileiro, que ao contrário dos dólares do narcotráfico não precisa ser lavado, é fundido em lingotes que têm no Japão um dos seus principais compradores.

Essa denúncia foi formulada numa entrevista exclusiva ao *Jornal de Brasília* pelo ex-procurador-geral da Fundação Nacional do Índio, Ovidio Martins de Araújo, um jurista que exerceu o cargo de 88 a 89 até ser convidado pelo então Ministro da Justiça, Saulo Ramos, para assumir a presidência do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, onde per-

maneceu até o final do Governo Sarney.

Profundo conhecedor do problema — tanto que foi o coordenador da comissão interministerial encarregada de promover a retirada dos garimpos que haviam invadido a área indígena dos Yanomami, em Roraima — Martins de Araújo afirma que a decisão do presidente Fernando Collor em mandar dinamitar algumas das pistas de pouso clandestinas abertas na reserva indígena "terá mais um efeito de marketing junto às opiniões públicas estrangeiras, profundamente preocupadas com o problema ecológico, do que prático propriamente".

Segundo ele, as pistas dinamitadas serão rapidamente substituídas por outras, construídas sempre em tempo recorde até serem detectadas pelos satélites norte-americanos que sobrevoam a região.

"Meia dúzia de homens, armados de instrumentos rudimentares, como facões de moto e enxadas e moto-serras, necessita de no máximo dez dias para abrir uma pista de 400 metros numa clareira, suficiente para aterrissagem de monomotores ou bimotores", diz o ex-procurador-geral da Funai.

Doutrinas em choque
 O jurista Martins de Araújo revela que os órgãos de informação e segurança brasileiros, civis e militares, têm pleno conhecimento do que está ocorrendo em Roraima e na Amazônia Legal de modo geral, onde o dinheiro do Cartel de Medellín está contribuindo decisivamente para criar e sustentar carreiras políticas que serão colocadas a seu serviço, em todos os níveis.

"O que ocorre é o que defino como um choque doutrinário ao interior das Forças Armadas. Há uma corrente que julga que as nossas fronteiras devem ser ocupadas com homens, não importa quais sejam as suas atividades, lícitas ou ilícitas. A outra tese, em contrapartida, é a de que o País passa a ser vulnerável com o incremento de atividades ilícitas — contrabando de minérios e tráfico de drogas — ligadas ao narcotráfico nas regiões de fronteira. Enquanto não se chega a um consenso acerca do que é melhor para a nossa segurança, o Cartel de Medellín estende tentáculos comprando ouro e consciências", afirma o jurista.

Durante o trabalho que desenvolveu como coordena da comissão interministerial que visitou seguidamente Roraima e Rondônia, Ovidio Martins Araújo foi seguidamente ameaçado de morte para que não perseguisse. Ele não se intimidou. Apresentou relatórios com sérias denúncias acerca de empresários e aventureiros brasileiros envolvidos com as atividades do narcotráfico colombiano na região.

"Aviões com matrículas colombianas e bolivianas descem semanalmente nas pistas de pouso clandestinas abertas em Roraima. Seus ocupantes trazem, literalmente, sacos de dólares para aquisição de ouro. Promovem uma verdadeira orgia de dinheiro na selva, pagando por ouro bruto preços de 10 a 20% superiores àqueles cotados pela Bolsa de Tóquio ou Londres, por exemplo, para o metal fundido e refinado, com certificado de pureza de 99,999%. É assim que o Cartel de Medellín es-

ta lavando seus dólares, porque já não tem onde guardá-los em segurança. O ouro, como sabemos, é um artigo de troca em todo o mundo, comercializável sem riscos junto a países interessados em sua aquisição, como é o caso do Japão", revela o ex-procurador-geral da Funai.

Martins Araújo diz que a falta de controle do tráfego aéreo na Amazônia favorece substancialmente a ação impune dos traficantes. "Até que se implante na região o Sindacta 4, o que a meu ver vai demorar muito, porque o sistema custa muito caro, os aviões do narcotráfico continuarão cruzando impunemente o nosso espaço aéreo para prosseguir com suas atividades ilícitas, trazendo dólares e cocaína e levando o nosso ouro" — enfatiza.

Martins Araújo informa que a atividade garimpeira individual é responsável por cerca de 50% da produção de ouro de Roraima, o que pode envolver hoje cerca de 800 mil a um milhão de homens. Para o jurista, fica infinitamente difícil para as autoridades brasileiras controlar os movimentos dessa verdadeira maré humana em plena floresta. "Vejam o caso dos Estados Unidos, que dispõem dos mais sofisticados meios de comunicação por terra e satélite, equipamentos de segurança e tudo o mais, e não conseguem, absolutamente, colocar fim à imigração ilegal que se verifica em sua fronteira com o México. O que pensamos, então, com relação à área de nove milhões e 250 mil hectares — maior que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo juntos — que circunscribe a reser-

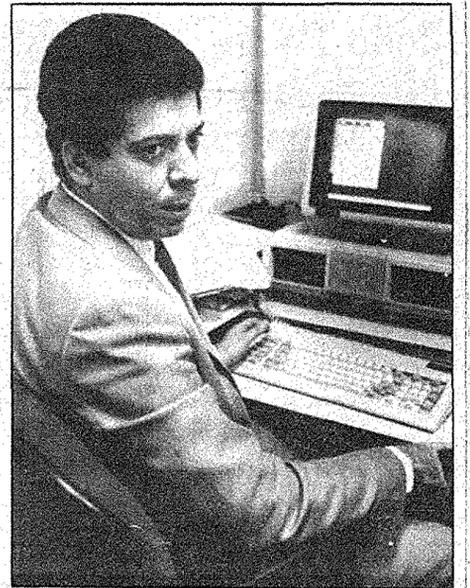
va Yanomami? Não tenho dúvidas de que as invasões vão continuar ocorrendo, incentivadas, principalmente, pelo alto preço que o narcotráfico colombiano está pagando pelo ouro explorado de forma artesanal. Para cada pista dinamitada, outra não tardará em ser aberta no meio da selva. E assim a vida continua..."

Ovidio Martins Araújo acrescenta que, apesar de toda a repressão desenvolvida pelo Governo até agora, o fluxo de produção do ouro em Roraima continua inalterado.

"Os poderosos barões do narcotráfico colombiano têm, evidentemente, o máximo de interesse para que o status quo não mude. O negócio é altamente vantajoso para eles, porque o custo de produção de cocaína é muito baixo. Assim sendo, a troca de dólares obtidos pelo narcotráfico por nosso ouro torna-se altamente rentável e segura. Isso explica, portanto, a razão de pagarem tão bem pelo mineral bruto", afirma.

Desmarginalizar
 O ex-procurador-geral da Funai pondera que, a seu ver, a única maneira de se dar combate à atividades do Cartel na Amazônia é tirando da marginalidade a atividade garimpeira, importantíssima de um ponto de vista sócio-econômico quando se pensa em ocupação e segurança da Amazônia brasileira.

"O interesse do narcotráfico no garimpo não é a exploração direta, mas sim assegurar a remuneração compatível para que o ciclo de produção não se interrompa, propiciando, portanto, a troca ilegal de ouro por dólar".



Para o Dr. Ovidio, a dinamitação é inocua

Jurista denuncia contrabando de minério

Metais preciosos, drogas e dólares sujos do narcotráfico são também ingredientes de uma situação que o jurista Ovidio Martins de Araújo não hesita em definir como "calamitosa" em Rondônia. Ele avalia que este ano o Brasil, em consequência desta situação, vai perder cerca de US\$ 650 milhões por causa do contrabando de cassiterita para a Bolívia — um País que aumentou misteriosamente a sua produção de estanho de seis mil para 15 mil toneladas sem que nenhuma nova mina fosse aberta nos últimos anos.

Além do vultoso prejuízo cambial, adverte o ex-procurador-geral da Funai, é cada vez mais patente a perda de credibilidade do Brasil perante os países integrantes da ATPC (Associação Mundial dos Produtores de Estanho), pelo não cumprimento do compromisso oficial, ratificado pelo então ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, por ocasião da reunião realizada em Bangkok (Tailândia), nos dias 18 e 19 de outubro de 1989.

"A produção contrabandeada, além de ilegalmente produzida, a volta o preço do estanho no mercado internacional, tornando o Brasil, País em desenvolvimento, responsável por subsidiar os países consumidores, ricos e desenvolvidos, além de manter inativas, por haverem se tornado sem competitividade, as minas de diversos integrantes da ATPC e do próprio Brasil".

Em entrevista exclusiva ao *Jornal de Brasília*, Ovidio Martins de Araújo, que também foi o coordenador da Comissão Interministerial instituída pelo então ministro da Justiça, Saulo Ramos, no ano passado, para investigar as denúncias referentes ao contrabando de minérios em Rondônia, afirma que a situação naquele Estado — com relação à atuação do Cartel de Medellín — é bastante similar àquela verificada em Roraima.

"A Polícia Federal vem realizando investigações sobre 27



Em março de 1989, o jurista Ovidio Martins de Araújo fala aos garimpeiros em Rondônia

empresas que atuam irregularmente no contrabando de cassiterita extraída em Rondônia e utilizam a mineração para legitimizar o dinheiro ganho no tráfico de drogas. Muitas dessas empresas são do Rio de Janeiro e São Paulo", revela o jurista, esclarecendo que algumas delas fazem somente o contrabando, enquanto outras são usadas para a lavagem do dinheiro do tráfico.

O ex-procurador-geral da Funai não quis revelar os nomes de empresários envolvidos no esquema mineração-contrabando-tráfico, mas assegura que se trata de "gente muito grata" que está na mira da Polícia Federal.

Relatório explosivo
 No dia 15 de março passado, o *Diário Oficial da União* publicou na seção destinada às secretarias de Estado, no espaço reservado ao Ministério da Justiça, um relatório que não chegou a chamar a atenção dos jornais,

o que não deixa de ser compreensível, uma vez que a data marcava a posse do presidente Fernando Collor de Mello.

O relatório em questão apresentava os resultados do trabalho elaborado pela comissão interministerial coordenada pelo jurista Ovidio Martins de Araújo em Rondônia, expondo uma situação gravíssima e de reflexos diretos sobre o que as autoridades de informação e segurança conceituam como segurança nacional.

O documento expõe que o contrabando gerado de Rondônia, segundo estimativas feitas pelos países integrantes da ATPC, é da ordem de 9.500 toneladas de estanho, o que representa: a) — 40% da produção da área; b) — 20% da produção brasileira (empresas + garimpos); c) — 27,5% das exportações oficiais; d) — 5% do consumo mundial.

Para a ATPC o contrabando

de origem brasileira tem como destinatários: Bolívia, Peru, Malásia, Singapura, Coreia, Estados Unidos e Europa.

"A Polícia Federal em Rondônia nos informou que é comum a presença de bolivianos em Ariquemes, que de forma aberta adquirem minérios na região, efetuando o pagamento em dólar americano", afirma o documento, acrescentando que "a produção boliviana de estanho sofreu um incremento de cerca de 4 mil toneladas, sem que tenha entrado em atividade uma única mina. Saltou de 10.500 toneladas de estanho em 1988 para 14.500 toneladas em 1989.

Por outro lado, as fundições de estanho, localizadas em Penang (Malásia) receberam cerca de 1.500 toneladas de estanho contido em concentrados, através de grandes Traders Internacionais que operam em nosso país. Pelas especificações dos

concentrados, segundo fonte da ATPC, é fácil a constatação de que procedem de Ariquemes (Rondônia).

Para escoar as exportações obtidas de forma ilícita para os Estados Unidos e Europa, também efetivada via Traders internacionais, o meio mais utilizado é o transporte aéreo, via Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo", revela o relatório.

Efeitos devastadores
 Além da devastação ambiental de grandes proporções — diz o relatório — como atestam as fotos integrantes do laudo elaborado por determinação do Judiciário de Rondônia, os prejuízos econômico-sociais afetam de forma irreversível o Brasil:

"A evasão direta de divisas, a sonegação de tributos e contribuições parafiscais e a redução dos ingressos de divisas, face ao decréscimo dos preços internacionais do produto, que cotados em US\$ 12 mil estão hoje em pouco mais de US\$ 6 mil a tonelada, afetando sobremaneira nossas reservas cambiais. O contrabando das aproximadas 9.500 toneladas de estanho propicia uma perda de cerca de US\$ 73,1 milhões; US\$ 5,6 milhões em ICMS; US\$ 1,2 milhão de PIS/Finsocial; US\$ 1,4 milhão de contribuições sociais (10% sobre o lucro) e US\$ 6,5 milhões de Imposto de Renda sobre lucro presumido, na alíquota de 20%, o que totaliza US\$ 87,8 milhões.

O ingresso de divisas, em decorrência da redução do preço internacional, provocado pelo excesso de oferta gerado pelo contrabando, especialmente nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1989, sofreu um decréscimo estimado em US\$ 14,1 milhões.

Em suma, a forma desordenada e ilegal como se processa a indesejável exaustão das reservas nacionais brasileiras pode tornar o Brasil, em futuro não longínquo, dependente da produção externa" — adverte o documento elaborado pelo jurista. (M.C.)